



RELATÓRIO ANUAL

2017



EXPEDIENTE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Luís Alberto Pereira

Vice-Presidente: Argemiro
Antônio Fontes Mendonça

CONSELHEIROS VOGAIS

André Luiz Baptista Lins Rocha

João Geraldo Souza Maia

José Leandro Rezende

Osney Valadão Marques

Paulo de Oliveira Abrão

Renato Matsuoka

Ricardo Silva Reis

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Geral: Fabrício Modesto Cesar

**Diretor de Relacionamento com
Associado:** Ricarte Vicentini de Miranda

Diretor de Suporte Organizacional:
Ricardo Elias Sandri Wandscheer

CONSELHO FISCAL EFETIVO

Wolney Alfredo Arruda Unes

Fernando de Freitas Mesquita

Bruna Helena Vieira

CONSELHO FISCAL SUPLENTE

Luciana Franco de Castro

Paulo Henrique Gonçalves
de Souza Máximo

Walter Luiz Ribeiro Adriano

CÂMARA CONSULTIVA DE COOPERADOS

Antônio Camargo Júnior

Célio de Oliveira

Daniel Jean Laperche

Manoel Garcia Filho

Marcello de Oliveira Gomes

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Grazielly Macedo Vargas Gonçalves,
assessora de Governança Corporativa

REDAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

Oficina de Comunicação

DADOS CONTÁBEIS

Christiane Nascimento Pinto,
contadora

FOTOGRAFIA

Alex Malheiros e Naippi América

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2017



Prezados cooperados,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Goiânia e Região Ltda., relativos ao ano de 2017.

Sicoob Engecred-GO em números

INDICADORES [%]	2017	2016	Δ %
Retorno sobre patrimônio	17,81	10,96	62,47%
Retorno sobre ativo	5,01	3,22	55,69%
Receitas prestação de serviços / Despesas de pessoal	66,07	48,44	36,38%
Índice de eficiência* (quanto menor, melhor o índice)	39,41	44,33	-11,11%

RESULTADO [R\$ MIL]	2017	2016	Δ %
Resultado da intermediação financeira antes da provisão (a)	24.476	22.552	8,53%
Provisão para perdas com créditos (b)	(5.959)	(17.418)	-65,79%
Resultado da intermediação financeira (a+b)	18.517	5.134	260,67%
Receita de prestação de serviços	6.331	4.248	49,03%
Despesas de pessoal e administrativa	(21.596)	(18.845)	14,60%
Outras receitas e outras despesas operacionais	23.293	24.087	-3,30%
Resultado operacional	26.545	14.624	81,52%
Despesas com Juros ao Capital	(11.457)	(14.578)	-21,41%
SOBRAS BRUTAS	15.088	46	32.700,00%

BALANÇO PATRIMONIAL [R\$ MIL]	2017	2016	Δ %
Operações de crédito	290.130	192.212	50,94%
Ativos totais	592.296	467.721	26,63%
Depósitos totais	416.367	327.452	27,15%
Patrimônio líquido	164.736	133.539	23,36%

Comentários do Desempenho

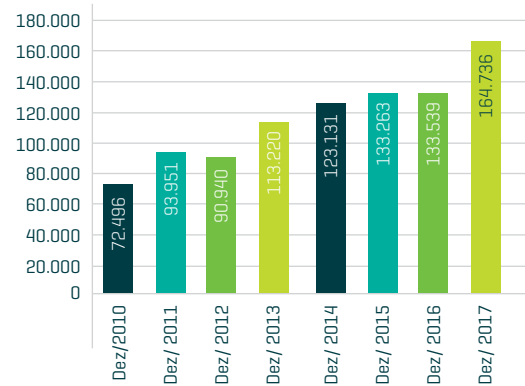
As sobras brutas que representam o resultado operacional da cooperativa, totalizaram R\$ 26,5 milhões, acréscimo de 81,52% em relação a 2016.

Evolução das Sobras Brutas



O patrimônio líquido representa os recursos próprios da cooperativa e, portanto, dos cooperados, disponíveis para atender às suas necessidades de crédito, além do desenvolvimento da instituição. Atingiu R\$ 164,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, apresentando um acréscimo de 23,36% em relação a dezembro de 2016.

Evolução do Patrimônio Líquido



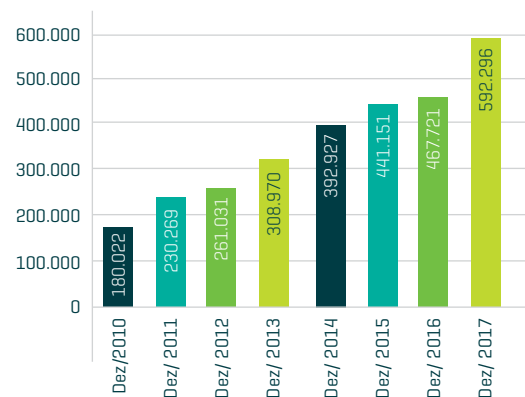
Em 2017, o quadro de associados apresentou incremento de 17,19% em relação a 2016, totalizando 5.930 cooperados.

Evolução do Quadro Social



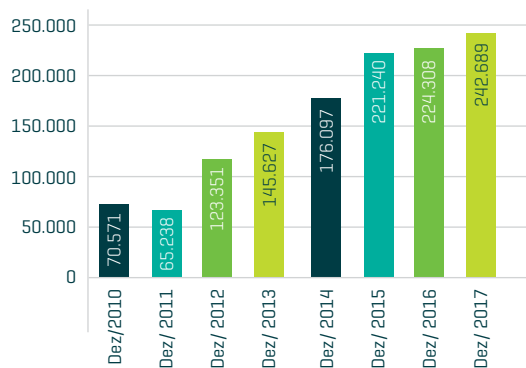
Os bens e direitos pertencentes ao Sicoob Engcred-GO, ou seja, os Ativos Totais, atingiram R\$ 592,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, o que representa um incremento de 26,63% em relação a 2016.

Ativos Totais



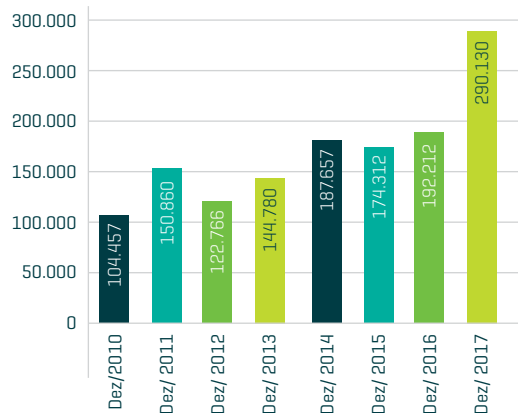
As aplicações no Sicoob Goiás Central alcançaram R\$ 242,7 milhões em 2017, o que representa um aumento de 8,19% se comparado a 2016.

Aplicações no Sicoob Goiás Central



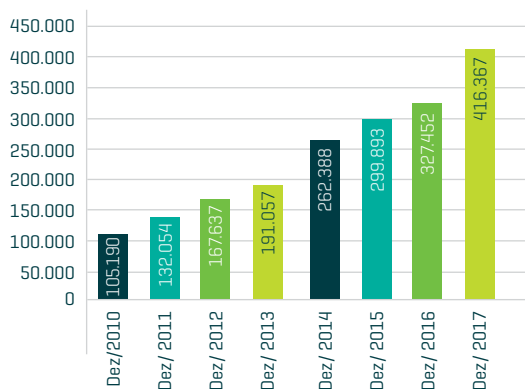
Em 2017, as operações de crédito da cooperativa atingiram o valor de R\$ 290,1 milhões, representando acréscimo anual de 50,94% no período.

Evolução das Operações de Crédito



Os depósitos à vista e a prazo atingiram o montante de R\$ 416,4 milhões, um aumento de 27,15% no período. Esse crescimento demonstra robustez do nível de confiança dos cooperados na sua cooperativa de crédito.

Evolução dos Depósitos Totais



Evolução dos Números

Demonstração contábil levantada em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
Balanco Patrimonial
(em R\$)

ATIVO	2017	2016	PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	394.669.969	386.702.770	PASSIVO CIRCULANTE	425.740.455	333.346.756
DISPONIBILIDADES	1.952.102	360.355	DEPÓSITOS (Nota 12)	416.366.769	327.452.244
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 4)	1.883.449	-	Depósitos à Vista	71.654.124	56.239.142
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.883.449	-	Depósitos a Prazo	344.712.645	271.213.102
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (Nota 5)	-	118.098	REC. DE ACEITES CAMBIAIS, IMOBILIÁRIAS, HIPOTECÁRIAS E DEBÊNTURES (Nota 13)	3.409.990	-
Certificados de Depósitos Bancários	-	118.098	Obrigação por Emissão de LCA	3.409.990	-
			RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 14)	839.102	1.253.326
			Obrigações por Repasses Interfinanceiros	839.102	1.253.326
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 6)	242.689.336	224.308.398	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIA	-	243.334
Centralização Financeira	242.689.336	224.308.398	Recebimentos em Trânsito de Terceiros	-	243.334
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	116.738.899	132.700.132	OBRIGAÇÕES POR EMP. E REPASSES	-	60.614
Setor Privado	122.322.289	147.776.697	Obrigações por Empréstimos no País	-	60.614
(-)Provisão para Op. Crédito	(5.583.390)	(15.076.565)			
Liquidação Duvidosa					
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	5.566.444	5.896.249	OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 15)	5.124.594	4.337.238
Avais e Fianças Honorados	442.183	448.493	Cobrança e Arrecadação de Tributos	373.993	27.837
Rendas a Receber	73.076	57.656	Sociais e Estatutárias	2.065.477	1.454.299
Diversos	5.535.925	5.742.773	Fiscais e Previdenciárias	1.314.316	1.618.117
(-)Provisão para Outros Créditos	(484.740)	(352.673)	Diversas	1.370.808	1.236.985
OUTROS VALORES E BENS (Nota 9)	25.839.739	23.319.538			
Bens não de Uso Próprio	25.090.928	22.610.449			
Despesas Antecipadas	748.811	709.089	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.819.481	835.987
			PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS (Nota 16)	290.000	835.987
ATIVO NÃO CIRCULANTE	197.625.570	81.018.501	Demandas Judiciais	290.000	835.987
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	173.391.013	59.511.655	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 14)	1.529.481	-
Setor Privado	179.200.280	66.273.000	Obrigações por Repasses Interfinanceiros	1.529.481	-
(-)Provisão para Op. Crédito	(5.809.267)	(6.761.345)			
Liquidação Duvidosa					
INVESTIMENTOS (Nota 10)	18.171.671	16.035.018			
Participações em Ações e Quotas	18.171.671	16.035.018	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 18)	164.735.603	133.538.528
	-	-			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 11)	3.898.033	1.599.544	CAPITAL	131.172.255	114.205.962
Imobilizações em Curso	1.083.361	-	Capital de Domiciliados no País	134.732.194	118.182.583
Imobilizações de Uso	6.512.954	3.097.649	(-) Capital a Realizar	(3.559.939)	(3.976.621)
(-) Depreciações Acumuladas	(3.698.282)	(1.498.105)	RESERVA LEGAL	25.056.956	18.870.490
INTANGÍVEL (Nota 11)	2.164.853	3.872.284	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	4.253.196	231.038
Ativos Intangíveis	3.027.749	5.856.983	SOBRAS/PERDAS ACUMULADAS	4.253.196	231.038
(-) Amortizações Acumuladas	(862.896)	(1.984.699)			
TOTAL DO ATIVO	592.295.539	467.721.271	TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	592.295.539	467.721.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Goiânia – GO, 31 de dezembro de 2017.

Fabrcio Modesto Cesar
Diretor Geral

Ricarte Vicentini de Miranda
Diretor de Relacionamento
com Associado

Ricardo Elias Sandri Wandscheer
Diretor de Suporte Organizacional

Christiane Nascimento Pinto
Contadora: CRC-GO 017279/O-4

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios Encerrados em 31/12/2017 e 31/12/2016

(em R\$)

EVENTOS REALIZADOS	CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM: 01/01/2016	105.026.791	18.600.946	4.817.517	4.817.517	133.262.771
AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES				(256.700)	(256.700)
AUMENTOS DE CAPITAL:					
- Por Integralizações	2.796.152				2.796.152
- Baixa Capital	(17.681.790)				(17.681.790)
- Incorporação de sobras do exercício de 2015	4.743.401			(4.743.401)	-
- Aumento de capital - Reserva Estatutária	4.743.401		(4.743.401)		-
OUTROS EVENTOS:					
- Destinação ao INSTITUTO ENGECCRED (1% das Sobras 2015)			(74.116)	(74.116)	(148.232)
SOBRAS DO EXERCÍCIO				14.624.972	14.624.972
- Absorção de despesas pelo F.A.T.E.S				979.861	979.861
- Incorporação dos Juros ao Capital do exercício de 2016	14.578.007			(14.578.007)	-
- Ajustes de Exercícios Anteriores					
DESTINAÇÕES:					
- F.A.T.E.S.				(38.506)	(38.506)
- Reserva Legal		269.544		(269.544)	-
- Reserva Estatutária para Futuro Aumento de Capital			231.038	(231.038)	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM: 31/12/2016	114.205.962	18.870.490	231.038	231.038	133.538.528
MUTAÇÕES NO PERÍODO	9.179.171	269.544	(4.586.479)	(4.586.479)	275.757
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM: 01/01/2017	114.205.962	18.870.490	231.038	231.038	133.538.528
AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES				11.666	11.666
AUMENTOS DE CAPITAL:					
- Por Integralizações	9.964.463				9.964.463
- Baixa capital	(4.916.865)				(4.916.865)
- Incorporação de sobras do exercício de 2016	231.038			(231.038)	-
- Aumento de capital - Reserva Estatutária	231.038		(231.038)		-
SOBRAS DO EXERCÍCIO				26.545.302	26.545.302
- Absorção de despesas pelo F.A.T.E.S				365.817	365.817
- Incorporação dos Juros ao Capital do exercício de 2017		11.456.619		(11.456.619)	-
DESTINAÇÕES:					
- F.A.T.E.S				(773.308)	(773.308)
- Reserva Legal		6.186.466		(6.186.466)	-
- Reserva Estatutária para Futuro Aumento de Capital			4.253.196	(4.253.196)	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM: 31/12/2017	131.172.255	25.056.956	4.253.196	4.253.196	164.735.603
MUTAÇÕES NO PERÍODO	16.966.293	6.186.466	4.022.158	4.022.158	31.197.075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Goiânia – GO, 31 de dezembro de 2017.

Fabício Modesto Cesar
Diretor Geral

Ricarte Vicentini de Miranda
Diretor de Relacionamento
com Associado

Ricardo Elias Sandri Wandscheer
Diretor de Suporte Organizacional

Christiane Nascimento Pinto
Contadora: CRC-GO 017279/O-4

Demonstração de sobras ou perdas para o semestre e exercício encerrados em 31 de dezembro de 2017 e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016

(em r\$)

DISCRIMINAÇÃO	2º SEMESTRE DE 2017	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	26.701.988	53.004.405	56.920.557
Operações de Crédito (Nota 20)	26.673.657	52.968.916	56.905.901
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	28.331	35.489	14.656
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(15.124.087)	(34.487.081)	(51.786.123)
Operações de Captação no Mercado (Nota 12)	(12.346.343)	(28.410.928)	(34.301.985)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(67.359)	(116.979)	(66.051)
Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa	(2.710.385)	(5.959.174)	(17.418.087)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	11.577.901	18.517.324	5.134.434
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	4.558.302	8.908.859	9.610.532
Receitas de Prestação de Serviços	1.810.882	2.954.430	1.492.532
Rendas de Tarifas Bancárias	2.117.890	3.376.440	2.756.320
Despesas de Pessoal	(6.085.850)	(9.582.237)	(8.770.462)
Outras Despesas Administrativas	(4.341.863)	(11.696.990)	(9.959.582)
Despesas Tributárias	(77.068)	(316.825)	(115.342)
Outras Receitas Operacionais (Nota 21)	12.813.966	27.240.185	32.109.334
Outras Despesas Operacionais (Nota 22)	(1.679.655)	(3.066.144)	(7.902.268)
RESULTADO OPERACIONAL	16.136.203	27.426.183	14.744.966
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 23)	(714.006)	(840.339)	39.284
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	15.422.197	26.585.844	14.784.250
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(40.542)	(159.278)
SOBRAS ANTES DO JUROS AO CAPITAL	15.422.197	26.545.302	14.624.972
Juros ao Capital	(11.456.619)	(11.456.619)	(14.578.007)
SOBRAS LÍQUIDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS E LEGAIS	3.965.578	15.088.683	46.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Goiânia – GO, 31 de dezembro de 2017.

Fabrcio Modesto Cesar
Diretor Geral

Ricarte Vicentini de Miranda
Diretor de Relacionamento
com Associado

Ricardo Elias Sandri Wandscheer
Diretor de Suporte Organizacional

Christiane Nascimento Pinto
Contadora: CRC-GO 017279/O-4

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto
Exercícios Encerrados em 31/12/2017 e 31/12/2016
(em R\$)

	2º SEMESTRE 2017	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Sobras/(perdas) líquidas antes do imposto de renda e da contribuição social	3.965.578	15.088.683	46.965
Ajustes às sobras/perdas líquidas: (não afetaram o caixa)	11.995.689	12.546.659	15.558.967
Despesas de depreciação e amortização	539.070	1.078.374	980.960
(Lucro)/Prejuízo na equivalência patrimonial	-	-	-
Outros ajustes	-	11.666	-
Despesa com Juros ao capital	11.456.619	11.456.619	14.578.007
Variações patrimoniais: (afetaram o resultado/receitas e despesas)	(9.635.440)	(8.904.170)	4.735.690
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.883.449)	(1.883.449)	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	125.351	118.098	(8.030)
Relações interfinanceiras e interdependências	1.531.538	871.923	1.099.486
Operações de crédito	(77.553.964)	(97.918.125)	(17.900.172)
Outros créditos	168.138	329.805	1.567.974
Outros valores e bens	(2.641.914)	(2.520.201)	(4.679.295)
Depósitos	66.678.647	88.914.525	27.559.260
Obrigações por operações compromissadas	3.409.990	3.409.990	-
Obrigações por empréstimos e repasses	-	(60.614)	(280.117)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Outras obrigações	530.223	(166.122)	(2.623.416)
Resultados de exercícios futuros	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM e IFD	-	-	-
Outros ajustes	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	6.325.827	18.731.172	20.341.622
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de investimentos	(292.330)	(2.136.653)	(1.895.663)
Aquisição de imobilizado de uso	(1.120.465)	(1.193.506)	(439.495)
Aplicação no intangível	(473.911)	(475.926)	(979.371)
Outros ajustes	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.803.292)	(3.806.085)	(3.314.529)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Variações patrimoniais:	3.773.693	5.047.598	(14.867.648)
Aumento/(redução) de capital	4.954.433	5.047.598	(14.885.639)
Reservas de capital	-	-	-
Reservas de reavaliação	-	-	-
Reservas de lucros	-	-	-
Sobras ou perdas acumuladas	-	-	-
Despesas de juros ao capital	-	-	-
Outros ajustes	(1.180.740)	-	17.991
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	3.773.693	5.047.598	(14.867.648)
	8.296.227	19.972.685	2.159.445
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	8.296.227	19.972.685	2.159.445
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	236.345.211	224.668.753	222.509.308
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	244.641.438	244.641.438	224.668.753

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Goiânia – GO, 31 de dezembro de 2017.

Fabício Modesto Cesar
Diretor Geral

Ricarte Vicentini de Miranda
Diretor de Relacionamento
com Associado

Ricardo Elias Sandri Wandscheer
Diretor de Suporte Organizacional

Christiane Nascimento Pinto
Contadora: CRC-GO 017279/O-4

Demonstração das reversões e destinações do resultado do exercício - Sobras e Perdas

Exercício findo em 31/12/2017 e 31/12/2016

(em R\$)

DESCRIÇÃO	2017	2016
AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES	11.666	(256.700)
1. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	15.088.683	46.965
2. REVERSÕES DO FATES	365.817	979.862
2.1. LEGAIS/ESTATUTÁRIAS		
- Utilização do FATES	365.817	1.307.172
- Resultado com Terceiros e Rendas não Operacionais (levadas ao FATES)	-	(327.311)
3. SOBRAS LÍQUIDAS A DESTINAR	15.466.167	770.127
4. DESTINAÇÕES	(11.212.971)	(539.089)
4.1. FUNDO DE RESERVA		
35% das sobras (art. 31 Parágrafo 3º) Estatuto AGE 2017	-	(269.544)
40% das sobras (art. 31 Parágrafo 3º) Estatuto AGE 2017	(6.186.467)	-
4.2. FATES		
5% das sobras (art. 31 Inc.II) Estatuto AGE 2017	(773.308)	(38.506)
4.3. FUNDO PARA AUMENTO DE CAPITAL		
50% do saldo remanescente (art. 31 Inc.III) Estatuto AGE 2017	(4.253.196)	(231.038)
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA (NOTA 18 letra "e")	4.253.196	231.038

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Goiânia – GO, 31 de dezembro de 2017.

Fabício Modesto Cesar
Diretor Geral

Ricarte Vicentini de Miranda
Diretor de Relacionamento
com Associado

Ricardo Elias Sandri Wandscheer
Diretor de Suporte Organizacional

Christiane Nascimento Pinto
Contadora: CRC-GO 017279/O-4

Notas Explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

[Valores expressos em Reais]

1. Contexto operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE GOIÂNIA E REGIÃO LTDA – SICOOB ENGECCRED-GO é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 24/04/2000, filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA – SICOOB GOIÁS CENTRAL e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB ENGECCRED-GO possui 3 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: APARECIDA DE GOIÂNIA – GO e GOIÂNIA – GO.

O SICOOB ENGECCRED-GO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- I - Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- II - A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, por meio da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- III - Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 06/02/2018.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) – Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa – Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações –

Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 – Evento Subsequente – Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; e CPC 33 – Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB GOIÁS CENTRAL e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2017 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros, pelas seguintes razões:

- 75% são investimentos em instituições sólidas e de alta liquidez, não havendo qualquer indicativo de que não sejam integralmente recuperáveis;
- 16% são móveis e equipamentos de uso com uma representação líquida de 0,66% do ativo total, sendo que 49% dos bens já estão totalmente depreciados, razão pela qual entendemos ser dispensável a realização de uma estimativa formal individual de cada unidade geradora de caixa. Por fim, 9% são Ativos Intangíveis, que possuem remota probabilidade de que a determinação do valor recuperável corrente seja menor do que o valor contábil do ativo não financeiro, pela sua irrelevância.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Referem-se à aplicação em depósitos interfinanceiros mantidos no Bancoob, e estavam assim representadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.883.449	-
TOTAL	1.883.449	-

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Título de Renda Fixa	-	118.098
TOTAL	-	118.098

Os Títulos de Renda Fixa referiam-se, substancialmente, ao saldo de aplicação em Títulos de Renda Fixa na Codepe Corretora de Valores e Câmbio S/A. Em 30/11/2017, porém, foi feito o resgate da aplicação no valor de R\$ 129.270 (cento e vinte e nove mil, duzentos e setenta reais).

6. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira - Cooperativas	242.689.336	224.308.398
TOTAL	242.689.336	224.308.398

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da cooperativa, depositadas junto ao SICOOB GOIÁS CENTRAL, conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

MODALIDADE	31/12/2017			31/12/2016
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	
Adiantamento a Depositante	296.669	-	296.669	462.993
Empréstimos	109.354.561	177.294.701	286.649.262	199.665.707
Títulos Descontados	2.099.281	-	2.099.281	2.201.626
Financiamentos	9.247.903	351.936	9.599.839	10.240.489
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.323.875	1.553.643	2.877.518	1.478.882
(-) Provisões para Operações de Crédito	(5.583.390)	(5.809.267)	(11.392.657)	(21.837.910)
TOTAL	116.738.899	173.391.013	290.129.912	192.211.787

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

NÍVEL/ PERCENTUAL DE RISCO/ SITUAÇÃO	EMPRÉSTIMO /TD	A.D / Cheque Especial/ Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA - Normal	24.712.726	-	-	-	24.712.726	-	4.459.984	-
A 0,5% Normal	135.254.043	4.893.343	191.559	1.052.268	141.391.213	(706.956)	105.189.813	(525.949)
B 1% Normal	55.759.480	8.743.317	324.149	1.825.250	66.652.196	(666.522)	50.575.744	(505.757)
B 1% Vencidas	2.868.604	-	-	-	2.868.604	(28.686)	5.369.448	(53.695)
C 3% Normal	27.407.109	2.519.625	68.361	-	29.995.095	(899.853)	13.824.061	(414.722)
C 3% Vencidas	3.615.305	18.830	-	-	3.634.135	(109.024)	4.943.013	(148.290)
D 10% Normal	2.716.515	509.871	9.015.770	-	12.242.156	(1.224.216)	4.524.250	(452.425)
D 10% Vencidas	2.675.491	5.568	-	-	2.681.059	(268.106)	1.387.956	(138.796)
E 30% Normal	11.421.988	261.484	-	-	11.683.472	(3.505.041)	4.372.071	(1.311.621)
E 30% Vencidas	1.276.740	5.741	-	-	1.282.481	(384.744)	774.242	(232.273)
F 50% Normal	110.473	213.689	-	-	324.162	(162.081)	619.792	(309.896)
F 50% Vencidas	821.859	52.421	-	-	874.280	(437.140)	196.383	(98.192)
G 70% Normal	542.411	8.000	-	-	550.411	(385.288)	110.905	(77.633)
G 70% Vencidas	48.825	3.102	-	-	51.927	(36.349)	444.579	(311.205)
H 100% Normal	1.240.247	293.168	-	-	1.533.415	(1.533.414)	1.508.573	(1.508.573)
H 100% Vencidas	939.431	105.806	-	-	1.045.237	(1.045.237)	15.748.883	(15.748.883)
Total Normal	259.164.992	17.442.497	9.599.839	2.877.518	289.084.846	(9.083.371)	185.185.193	(5.106.576)
Total Vencidas	12.246.255	191.468	-	-	12.437.723	(2.309.286)	28.864.504	(16.731.334)
Total Geral	271.411.247	17.633.965	9.599.839	2.877.518	301.522.569	(11.392.657)	214.049.697	(21.837.910)
Provisões	(9.601.751)	(859.565)	(907.827)	(23.514)	(11.392.657)		(21.837.910)	
Total Líquido	261.809.496	16.774.400	8.692.012	2.854.004	290.129.912		192.211.787	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

DESCRIÇÃO	ATÉ 90	DE 91 ATÉ 360	ACIMA DE 360	TOTAL
Empréstimos	48.037.558	63.712.954	177.294.701	289.045.213
Financiamentos	9.078.061	169.841	351.936	9.599.838
Financiamentos Rurais	-	1.323.875	1.553.643	2.877.518
TOTAL	57.115.619	65.206.670	179.200.280	301.522.569

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

DESCRIÇÃO	CONTA CORRENTE	EMPRÉSTIMO / FINANCIAMENTO	TÍTULO DESCONTADO	CRÉDITO RURAL	31/12/2017	% DA CARTEIRA
Setor Privado - Comércio	190.887	22.392.429	72.254	-	22.655.570	8%
Setor Privado - Serviços	14.795.827	237.402.197	2.027.026	503.496	254.728.546	84%
Pessoa Física	2.614.019	19.038.990	-	2.374.022	24.027.031	8%
Outros	33.233	78.189	-	-	111.422	0%
TOTAL	17.633.966	278.911.805	2.099.280	2.877.518	301.522.569	100%

e) Concentração dos principais devedores:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	% CARTEIRA TOTAL	31/12/2016	% CARTEIRA TOTAL
Maior Devedor	12.511.285	4,14%	11.778.877	5,00%
10 Maiores Devedores	85.794.905	28,41%	70.267.280	33,00%
50 Maiores Devedores	224.966.923	74,50%%	162.756.743	76,44%

f) Operações renegociadas:

Em 31/12/2017, a cooperativa apresentou saldo de renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 34.105.152, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, conforme demonstrado:

MODALIDADE	31/12/2017	31/12/2016
Avais e Fianças Honrados	442.183	448.493
Rendas a Receber	73.076	57.656
Adiantamentos e Antecipações Salariais	56.342	37.225
Adiantamento para Pagamentos de Nossa Conta	6.530	3.730
Devedores por Compra de Valores e Bens	5.052.367	4.702.848
Impostos e Contribuições a Compensar	12.486	-
Títulos e Créditos a Receber	94.296	73.130
Devedores Diversos - País	313.904	925.840
(-) Provisão para Outros Créditos	(484.740)	(352.673)
TOTAL	5.566.444	5.896.249

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, para importâncias devidas que caracterizam operações de crédito.

9. Outros valores e bens

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Bens Não de Uso Próprio	25.090.768	22.610.449
Material em Estoque	160	-
Despesas Antecipadas	748.811	709.089
TOTAL	25.839.739	23.319.538

a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

b) Registram-se ainda, no grupo, as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista e IPTU.

10. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB GOIÁS CENTRAL e ações do BANCOOB.

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Participações em cooperativa central de crédito	8.829.149	8.030.927
Participações inst financ controlada coop crédito	9.342.522	8.004.091
TOTAL	18.171.671	16.035.018

11. Imobilizado de uso e ativo intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado, conforme abaixo:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	TAXA DEPRECIÇÃO
Imobilizado em Curso	1.083.361	-	
Instalações	3.309.770	-	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(1.761.318)	-	
Móveis e equipamentos de Uso	1.010.436	981.486	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(528.969)	(431.544)	
Sistema de Comunicação	56.013	56.013	20%
Sistema de Processamento de Dados	1.966.949	1.902.729	10%
Sistema de Segurança	169.786	157.421	10%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(1.407.995)	(1.066.561)	
TOTAL	3.898.033	1.599.544	
ATIVOS INTANGÍVEIS			
Ativos Intangíveis	3.027.749	5.856.983	10%
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	(862.896)	(1.984.699)	
TOTAL	2.164.853	3.872.284	

a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

b) Em 2017, foi efetuada a reclassificação de parte do ativo intangível para o imobilizado de uso, no montante líquido de R\$ 1.680.547 (um milhão, seiscentos e oitenta mil, quinhentos e quarenta e sete reais), atendendo a carta Circular nº 3.791 do Banco Central do Brasil, que cria e exclui rubricas contábeis no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto, sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios, conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis. Já as remunerações pré-fixadas são calculadas com base no prazo final das operações, sendo que o valor futuro, na data do demonstrativo contábil, está apresentado líquido das rendas a apropriar.

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	71.654.124	56.239.142
Depósito Sob Aviso	580.274	597.037
Depósito a Prazo	344.132.371	270.616.065
TOTAL	416.366.769	327.452.244

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto Social próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	% CARTEIRA TOTAL	31/12/2016	% CARTEIRA TOTAL
Maior Depositante	10.050.556	2,00%	12.203.954	4,00%
10 Maiores Depositantes	75.061.469	18,00%	83.004.225	27,00%
50 Maiores Depositantes	211.065.459	51,00%	186.944.426	61,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(55.020)	(77.684)
Despesas de Depósitos a Prazo	(27.799.831)	(33.758.928)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(10.109)	-
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(545.968)	(465.373)
TOTAL	[28.410.928]	[34.301.985]

13. Recursos de aceites e emissão de títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), que são títulos vinculados a direitos creditórios (garantia) originários do agronegócio mantidos na carteira da própria da cooperativa e de exigibilidade imediata. Todas LCA's, assim como seus direitos creditórios, estão de acordo com as regras do sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil.

14. Obrigações por repasses interfinanceiros

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e capital de giro. As garantias oferecidas consistem em caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

INSTITUIÇÕES	TAXA MÉDIA	31/12/2017	31/12/2016
Recursos do Bancoob	8,53a.a.%	2.600.090	1.305.216
(-) Despesa a apropriar Bancoob		(231.506)	(51.890)
Total		2.368.583	1.253.326
Circulante		839.102	1.253.326
Não circulante		1.529.481	-

15. Outras obrigações

DESCRIÇÃO	2017	2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos	373.993	27.837
Sociais e Estatutárias	2.065.477	1.454.299
Fiscais e Previdenciárias	1.314.316	1.618.117
Diversas	1.370.808	1.236.985
TOTAL	5.124.594	4.337.238

a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Representado pelo saldo abaixo demonstrado, referente a obrigações fiscais sobre aplicações e operações financeiras a recolher:

DESCRIÇÃO	2017	2016
IOF a recolher	373.993	27.837
TOTAL	373.993	27.837

b) Sociais e Estatutárias

I - Provisão para Participações nos Lucros

Representado pelo valor provisionado para pagamento aos funcionários do PPR – Programa de Participação nos Resultados, conforme acordo coletivo, proveniente de livre negociação realizada entre os representantes dos funcionários, do sindicato e da cooperativa.

DESCRIÇÃO	2017	2016
Provisão para participações nos resultados (colaboradores)	279.639	79.765
TOTAL	279.639	79.765

II - FATES

Atendendo à determinação do Banco Central do Brasil, o Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES encontra-se registrado no Passivo Circulante, apresentando um saldo de R\$ 365.817 (trezentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e dezessete reais), tendo sido constituído conforme abaixo demonstrado:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Saldo no início do período	365.817	1.307.172
Destinação de atos com não associados	-	277.078
Destinação de rendas não operacionais	-	50.233
Utilização no período	(365.817)	(1.307.172)
Destinação conforme Estatuto Social	773.308	38.506
TOTAL	773.308	365.817

III- Cotas de Capital a Pagar

Referem-se a devoluções de cotas de capital a serem repassadas a ex-associados que foram demitidos do quadro de cooperados da cooperativa.

DESCRIÇÃO	2017	2016
Cotas de capital a pagar	1.012.530	1.008.717
TOTAL	1.012.530	1.008.717

c) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias estão assim compostas:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	15.074
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	39.105	4.918
Impostos e Contribuições s/ Salários	378.287	418.529
Outros (IRRF s/ juros a Capital)	896.924	1.179.596
TOTAL	1.314.316	1.618.117

d) Diversas

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Cheques administrativos	-	58.516
Obrigações por aquisição de bens e direitos	11.123	932
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	96.859	48
Provisão para pagamentos a efetuar	735.432	804.336
Provisão para garantias financeiras prestadas	353.894	-
Credores diversos – País	173.500	373.153
TOTAL	1.370.808	1.236.985

a) Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos, Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento e Provisão para Pagamentos a Efetuar referem-se à provisão para pagamento de fornecedores, prestadores de serviços e despesa com pessoal, a realizarem-se no próximo exercício.

b) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas refere-se à contabilização da provisão apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Até 31 de dezembro de 2016, essa provisão vinha sendo contabilizada na rubrica 4.9.9.35.00-2 – “Provisão para Contingências” (Nota 16), tendo sido reclassificada para a conta 4.9.9.45.00-9 a partir de janeiro de 2017, conforme determina o § 3º, do artigo 6º, da Resolução CMN nº 4.512/2016.

c) Credores Diversos representam obrigações do Sicoob-Engecred para com terceiros e para com seus associados.

16. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

DESCRIÇÃO	2017	2016
Outros passivos (a)	290.000	334.558
Provisão para garantias prestadas (Nota 15.d)		501.429
TOTAL	290.000	835.987

(a) Segundo a assessoria jurídica do SICOOB ENGECCRED-GO, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda provável, totalizando R\$ 290.000 (duzentos e noventa mil reais), conforme demonstrado a seguir:

RELATÓRIO SINTÉTICO - PROCESSOS JUDICIAIS EM DESFAVOR DA COOPERATIVA						
QTDE.	PROCESSO	NATUREZA	VALOR DA AÇÃO	CHANCE DE ÊXITO	VALOR DA PROVISÃO	
1	337109-15.2008.8.09.0051	Embargos de Terceiro	R\$ 83.751	Provável	R\$ 7.000	
2	5089505.26.2015.8.09.0175	Indenização por danos morais	R\$ 31.520	Provável	R\$ 7.000	
3	90140-47.2015.8.09.0093	Ação de Obrigação de fazer e indenização	R\$ 1.000	Provável	R\$ 4.000	
4	379537-36.2015.8.09.0093	Ação Declaratória	R\$ 341.859	Provável	R\$ 10.000	
5	53863-27.2016.8.09.0051	Execução de Obrigação de Fazer c/c/ indenização por danos morais	R\$ 310.000	Provável	R\$ 5.000	
6	5133086.41.2016.8.09.0051	Indenização por danos morais	R\$ 35.200	Provável	R\$ 3.000	
7	13715-08.2017.8.09.0093	Ação Declaratória	R\$ 20.000	Provável	R\$ 5.000	
8	45053-97.2017.8.09.0093	Ação Declaratória	R\$ 120.445	Provável	R\$ 5.000	
9	5279464.29.2017.8.09.0051	Procedimento Comum	R\$ 10.000	Possível	-	
10	135893-27.2013.8.09.0051	Indenização	R\$ 50.000	Provável	R\$ 15.000	
11	295582-10.2015.8.09.0093	Revisional	R\$ 50.212	Provável	R\$ 20.000	
12	195692-64.2016.8.09.0093	Obrigação de fazer	R\$ 50.212	Provável	R\$ 20.000	
13	278613-80.2016.8.09.0093	Obrigação de fazer	R\$ 202.069	Provável	R\$ 25.000	
14	350445-76.2016.8.09.0093	Interdito Proibitório	R\$ 1.000	Provável	R\$ 20.000	
15	331670-13.2016.8.09.0093	Anulação de Ato Administrativo	R\$ 182.000	Provável	R\$ 25.000	
16	350442-24.2016.8.09.0093	Interdito Proibitório	R\$ 1.000	Provável	R\$ 20.000	
17	350441-39.2016.8.09.0093	Interdito Proibitório	R\$ 1.000	Provável	R\$ 20.000	
18	349693-07.2016.8.09.0093	Anulatória	R\$ 220.000	Provável	R\$ 20.000	
19	349696-59.2016.8.09.0093	Anulatória	R\$ 220.000	Provável	R\$ 25.000	
20	350438-84.2016.8.09.0093	Interdito Proibitório	R\$ 1.000	Provável	R\$ 20.000	
21	350455-23.2016.8.09.0093	Anulação de Ato Administrativo	R\$ 100.000	Provável	R\$ 14.000	
22	5280815.30.201.8.09.0000	Agravo de Instrumento	-	Possível	-	
TOTAL			R\$ 2.032.267		R\$ 290.000,00	

17. Instrumentos financeiros

O SICOOB ENGECCRED-GO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo e empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18. Patrimônio líquido

a) Capital Social

No exercício de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 16.966.293 (dezesesseis milhões, novecentos e sessenta e seis mil, duzentos e noventa e três reais). O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	131.172.255	114.205.962
Associados	5.930	5.060

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40% (quarenta por cento) para o ano de 2017, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Reserva Estatutária – Fundo para aumento de capital

Após as destinações estabelecidas no Estatuto Social, 50% (cinquenta por cento) do saldo remanescente será destinado para o aumento de capital, rateados na forma do inciso I do art. 29 do Estatuto Social e incorporados às respectivas contas de cada associado.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 23/03/2017, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com as sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 462.076 (quatrocentos e sessenta e dois mil e setenta e seis reais).

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Resultado do exercício	26.545.302	14.624.972
Apuração de deduções e reversões do F.A.T.E.S.	365.817	979.861
(-) Juros ao Capital	(11.456.619)	(14.578.007)
Ajuste de exercícios anteriores	11.666	(256.700)
BASE DE CÁLCULO DAS DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS	15.466.166	770.126
Fundo de assistência técnica, educacional e social	(773.308)	(38.506)
Fundo de Reserva	(6.186.466)	(269.544)
Fundo para Aumento de Capital	(4.253.196)	(231.038)
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA	4.253.196	231.038

19. Provisão de juros ao capital

A cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

20. Ingressos da intermediação financeira

DESCRIÇÃO	2017	2016
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	315.058	371.575
Rendas de Empréstimos	47.856.448	43.318.405
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	837.924	961.709
Rendas de Financiamentos	2.263.967	2.530.803
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	18.107	116.861
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	65.193	-
Rendas de Financ. Rurais - Aplic. Rec. Direcionados à vista (obrigatórios)	14.634	-
Rendas de Financ. Rurais - Aplic. Rec. Direcionados da Poupança Rural	69.390	-
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	61.426	56.474
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.466.769	9.550.074
TOTAL	52.968.916	56.905.901

21. Outros ingressos/rendas operacionais

DESCRIÇÃO	2017	2016
Recuperação de Encargos e Despesas	1.431.941	1.107.849
Rendas Juros Cartão de Crédito	492.500	-
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	5.219	-
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	60.551	14.312
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	237.390	65.819
Ingressos de depósitos intercooperativos	22.841.949	29.052.057
Dividendos	1.046.077	759.243
Distribuição de Sobras da Central	290.945	-
Outras Rendas Operacionais	833.613	1.110.054
TOTAL	27.240.185	32.109.334

22. Outros dispêndios/despesas operacionais

DESCRIÇÃO	2017	2016
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(636.292)	(588.526)
Despesas de Descontos Concedidos	(620.308)	(6.014.875)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(156.148)	(89.185)
Provisão para Demandas Judiciais	(257.490)	(38.158)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(6.247)	-
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(3.808)	(4.188)
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(160.509)	(152.725)
Despesa de Depreciação e Amortização	(1.078.374)	(980.960)
Outras Despesas Operacionais	(146.968)	(33.651)
TOTAL	[3.066.144]	[7.902.268]

23. Resultado não operacional

DESCRIÇÃO	2017	2016
Lucro em Transações com Valores de Bens	96.768	50.000
Ganhos de Capital	6.169	37.384
Ganhos de Aluguéis	12.964	-
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(594.119)	-
(-) Perdas de Capital	(362.121)	(48.000)
(-) Outras Despesas não Operacionais	-	(100)
RESULTADO LÍQUIDO	[840.339]	39.284

24. Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância ir-restrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2017:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	VALORES	% EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL	PROVISÃO DE RISCO
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	16.998.333	3,43%	59.731
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	1.611.402	0,32%	6.629
TOTAL	18.609.735	3,75%	66.360
Montante das Operações Passivas	5.953.891	1,02%	

Operações ativas e passivas – saldo em 2017:

NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	PCLD (PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA)	% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL
Cheque Especial	155.405	2.971	6%
Conta Garantida	830.133	14.173	6%
Empréstimo	13.522.353	319.342	5%
Financiamento	10.051	100	0%

NATUREZA DOS DEPÓSITOS	VALOR DO DEPÓSITO	% EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL	TAXA MÉDIA - %
Depósitos à Vista	2.445.121	3,43%	0%
Depósitos a Prazo	9.724.850	2,79%	0,53%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS	TAXA APROVADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA EXECUTIVA
Empréstimos	0,97% a.m.	PF: 0,74% a.m. à 6,99% a.m. PJ: 0,74% a.m. à 5,99% a.m.
Aplicação Financeira – Pós Fixada	95% do CDI	81% a 100% do CDI

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2017	
CPR (física, financeira, coobrigações)	-
Empréstimos e Financiamentos	3,81%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	GARANTIAS PRESTADAS
Empréstimos e Financiamentos	22.063.331

No exercício de 2017, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$)	
Honorários	(1.248.850)
Encargos Sociais	(188.948)

25. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE GOIÂNIA E REGIÃO LTDA – SICOOB ENGECCRED-GO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA – SICOOB GOIÁS CENTRAL, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB GOIÁS CENTRAL é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB GOIÁS CENTRAL a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB ENGECCRED-GO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB GOIÁS CENTRAL perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

26. Gerenciamento de risco

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN n.º 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

26.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional, que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do SICOOB CONFEDERAÇÃO, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do SICOOB.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br), relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

26.2 Risco de mercado e de liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB ENGECCRED-GO objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 da Resolução CMN 4.090/2012, o SICOOB ENGECCRED-GO aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo BANCOOB, que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o SICOOB ENGECCRED-GO possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

26.3 Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito do SICOOB ENGECCRED-GO objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB ENGECCRED-GO aderiu à estrutura

única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizada pelo BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB ENGECCRED-GO possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

26.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB ENGECCRED-GO objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9º da Resolução CMN 3.988/2011, o SICOOB ENGECCRED-GO aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- (a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- (b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB;
- (c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

27. Seguros contratados – não auditado

A cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado o índice de Basileia enquadrado de acordo com Banco Central.

DESCRIÇÃO	2017	2016
Índice de Basileia	46,14%	50,30%

GOIÂNIA-GO, 31 de dezembro de 2017

Fabício Modesto Cesar
Diretor Geral

Ricarte Vicentini de Miranda
Diretor de Relacionamento
com Associado

Ricardo Elias Sandri Wandscheer
Diretor de Suporte Organizacional

Christiane Nascimento Pinto
Contadora: CRC-GO 017279/0-4

Relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Goiânia e Região Ltda. – Sicoob Engecred-GO
Goiânia/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Goiânia e Região Ltda. – Sicoob Engecred-GO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Engecred-GO em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do Sicoob Engecred-GO para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 24 de fevereiro de 2017 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual

da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório Anual da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 9 de fevereiro de 2018.

Nestor Ferreira Campos Filho

Contador CRC DF – 013421/0-9

CNAI 1727

Parecer do Conselho Fiscal

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, após analisar as peças que compõem o Balanço do Exercício findo em 31 de dezembro de 2017, com base nos exames e verificações procedidas nas peças que compõem o Balanço do Exercício Fiscal e no Relatório de Auditoria sobre as demonstrações contábeis, tendo em vista que estão dentro das normas contábeis e fiscais exigidas e que espelham e representam integralmente a situação econômica, financeira, contábil e fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Goiânia e Região Ltda. – Sicoob Engecred-GO, no ano de 2017, o Conselho Fiscal é de parecer favorável pela aprovação.

Goiânia, 20 de fevereiro de 2018

Wolney Alfredo Arruda Unes

Conselheiro Fiscal Efetivo

Fernando de Freitas Mesquita

Conselheiro Fiscal Efetivo

Bruna Helena Vieira

Conselheira Fiscal Efetiva

Colaboradores 2017

NOME	FUNÇÃO
Adão Luis Teles	Superintendente de Recuperação de Ativos
Andreuci Pires Arantes	Agente de Tesouraria de PA
Arielle Correia da Costa	Analista de Gestão de Pessoas
Aurélio Robson Viana de Sousa	Agente de Atendimento
Beatriz Cleusa de Souza	Gerente de Relacionamento
Bruna Lucia da Costa	Analista Jurídico
Bruno Henrique da Silva	Gerente de Relacionamento
Cassia Regia Gonçalves	Agente de Atendimento
Christiane Nascimento Pinto	Contadora
Cilene de Souza Campos	Agente de Atendimento
Claudia Garces Bueno	Analista de Crédito
Cleomire Gomes das Chagas	Auxiliar de Serviços Gerais
Cristiane de Matos Prager	Assistente de Gestão de Pessoas
Dalila Passos Lopes	Analista de Crédito
Danilo de Freitas Oliveira	Agente de Atendimento
Dario Sousa Campos Júnior	Analista Administrativo
Dayane Assunção Rodrigues	Analista de PLD
Denise Rodrigues de Souza	Gerente de Gestão de Pessoas
Débora Miranda Pereira	Assistente de Produtos e Serviços
Emerson Colemar Amoury Lima	Gerente de Relacionamento
Erasmio dos Santos Freitas Silva	Analista de Processos
Garita Gontijo Marques	Agente de Atendimento
Giovanna Soares de Moraes	Assistente Financeiro
Giselle Martins de Oliveira	Gerente de Relacionamento
Gleydson Rodrigues Carvalho	Supervisor de CRA
Grazielly Macedo Vargas Gonçalves	Assessora de Governança Corporativa
Guilherme Barcelos Garces	Analista de Controles Internos
Hellen Thaise Ribeiro Lemes	Analista de Produtos
Igor Mendes de Moraes Antunes	Analista Financeiro
Ilmar Câmara Lima	Auxiliar de Serviços Gerais
Ingred Diniz Rocha	Agente de Atendimento
Isabel Cristina Alves Pimenta	Gerente de Relacionamento
Isabela Almeida Moreira Vinhal	Assistente de Controladoria
Jennyfer Rodrigues Torres de Jesus	Gerente de Relacionamento
Judas Tadeu de Sousa Lino	Agente de Atendimento
Juliana Fernandes de Moura	Gerente de Relacionamento
Juliane Gonçalves da Silva	Agente de Atendimento
Julyanna Estrela Urani Mendonça	Secretária
Kamylla Rodrigues Barbosa de Ávila	Analista Jurídico
Klecio Lacerda de Queiroz	Agente de Tesouraria de PA
Layane Meire Siqueira Gonzaga	Analista Financeiro
Leidyane Cristina Jorge Lino	Assessora de Gestão de Qualidade
Leonardo dos Santos Dias	Analista Financeiro
Lilian Maria Lourdes Batista	Analista Contábil
Lincoln Amandio Lopes	Analista de Tec. da Informação
Lorena Lima Lara	Gerente de Controladoria
Lorrayne Leite da Silva	Agente de Atendimento
Luanne Silva Sousa	Agente de Atendimento
Lucas Miquelito Toniolo	Agente de Atendimento
Lucas Moreira Tolentino Fraga	Agente de Atendimento
Luciana Silva Araújo	Analista de Gestão de Pessoas
Luciana Sousa e Silva Gondim	Auditora Interna

NOME	FUNÇÃO
Luciene Antonio Lima Nogueira	Analista Financeiro
Luciene Rodrigues Trindade	Gerente de Relacionamento
Lucio Ribeiro de Lima	Superintendente Administrativo e Financeiro
Ludmilla Fernanda Galdino Cunha	Agente de Atendimento
Luide Lucas Ferreira Andrade	Analista de TI
Marco Aurelio Resende Cruz	Agente de Atendimento
Marcos Tulio Guiotti Cintra Filho	Agente de Atendimento
Mariana das Dores Silva	Agente de Atendimento
Marlon Batista Ribeiro Júnior	Analista de TI
Matheus Aguiar Silva	Analista de TI
Matheus Fagundes Teodoro	Agente de Atendimento
Matheus Vinicius de Souza	Agente de Atendimento
Naippi Francielli America Sousa	Analista de Marketing
Natalia Aguiar Signorini	Analista de Crédito
Olindo Guerin Neto	Consultor de Economia e Planejamento
Pamela Cristina Diniz Pereira	Agente de Atendimento
Patricia Pereira da Silva	Assistente Financeiro
Pedro Henrique Rodrigues Adorno	Agente de Atendimento
Priscila Mendes Pulcineli	Gerente Jurídica
Rafael de Queiroz Oliveira	Agente de Atendimento
Ramon Oliveira Falcao	Especialista de Cont. Internos e Riscos
Raul Barbosa Barreto D'oro	Agente de Atendimento
Rayane Araújo Sousa	Analista de Planejamento
Rayanne Tauana de Faria	Analista de Crédito
Renata de Oliveira Ribeiro	Analista de Auditoria Interna
Rodrigo Escorcio de Jesus	Gerente de T.I.
Rondinele Rodrigues Siqueira	Supervisor Financeiro
Sara Oliveira Carvalho	Supervisora de Tesouraria
Tatiana Cristina de Melo Barbosa	Agente de Atendimento
Taisy Elene de Aquino Sousa	Analista de Marketing
Virlainny França Guimarães	Analista Financeira
Walquiria Drielly Alves Lima	Analista de Crédito
Wander Oliveira Pacheco	Gerente de Crédito
Wendel Rodrigues Alves Ferreira	Gerente de Relacionamento

Estagiários 2017

NOME	FUNÇÃO
Pedro Jose Vieira dos Santos	Contabilidade
Lorena Rodrigues de Almeida	T.I.
Eduardo Kainan Leite Sousa	T.I.
Ranielly Mara Tavares do Carmo	Suporte Organizacional
Rithialle Antonio Monteiro Borges	Controles Internos
Ludmilla Almeida de Sales	Jurídico
Ana Raquel dos Santos	Marketing

Jovem Aprendiz 2017

NOME	FUNÇÃO
Karoline Gabriela Santos Alves	Área de Cadastro





